

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- **PROCESSO ELETRÔNICO Nº 4003/2026**

2. INTRODUÇÃO

2.1. O presente documento foi elaborado com base em estudo prévio de viabilidade técnica e econômica das alternativas de contratação, reunindo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a clara definição do objeto, possibilitando a adequada estimativa de custos e o delineamento das condições de execução.

2.2. Este Termo de Referência fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e do Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2024, que a regulamenta no âmbito do Município, com a finalidade de instruir procedimento licitatório destinado à **FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIRO CIVIL**, com o objetivo de suprir as necessidades institucionais unidades integrantes da Administração Pública Municipal de Cacoal/RO.

3. UNIDADES REQUISITANTES

- AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACOAL – AMEC;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO – SEMDEC;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SEMC;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED.

4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO A CONTRATAÇÃO

4.1. Os elementos normativos que regularão o presente prospecto seguirão destrinchados nos parágrafos subsecutivos:

- **LEI Nº 14.133/2021** – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592/PMC/2024** – REGULAMENTA A LEI DE LICITAÇÕES CONTRATOS EM ÂMBITO MUNICIPAL;



- **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006** - INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº147/2014;
- **LEI Nº 3.696/PMC/2016** – DISPÕE DO TRATAMENTO FAVORECIDO E SIMPLIFICADO PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS LICITAÇÕES NO ÂMBITO MUNICIPAL, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 4.350/PMC/2019;
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/2024/PMC** - REGULAMENTA A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE CACOAL, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 167 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, NO ÂMBITO DA SUPERINTENDENCIA DE LICITAÇÕES DE CACOAL.
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº006/2024/PMC** - DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE CACOAL, FUNDOS E AUTARQUIAS;
- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007/2024/PMC** - REGULAMENTA NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE CACOAL, FUNDOS E AUTARQUIAS, O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP, PREVISTO NOS ARTS. 82, 83, 84, 85 E 86 DA LEI Nº 14.133/2021.
- **LEI Nº 13.709/2018** - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD;
- **LEI Nº 8.078/1990** - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

5. OBJETO E OBJETIVO

5.1. OBJETO:

5.1.1. O presente Termo de Referencia tem como objeto a instauração de procedimento administrativo para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Bombeiro Civil em eventos, a serem realizados em eventos públicos do Município de Cacoal/RO, por meio das Secretarias e Autarquias Municipais.

5.2. OBJETIVO:



5.2.1.Garantir a segurança em eventos públicos, por meio da prevenção de riscos, atuação rápida em situações de emergência e prestação de primeiros socorros. A presença do bombeiro civil visa proteger vidas, minimizar incidentes, organizar ações de evacuação quando necessário e assegurar o cumprimento das normas de segurança, contribuindo para a realização do evento de forma segura e organizada.

5.2.2.Pretende-se assegurar condições adequadas de resposta imediata a incidentes, reduzindo possíveis danos materiais e físicos, bem como contribuindo para a preservação da ordem, do bem-estar coletivo e da integridade dos espaços utilizados durante os eventos.

5.2.3.Além disso, a presença de profissionais capacitados em prevenção e combate a incêndio e atendimento pré-hospitalar fortalece a capacidade de gerenciamento de riscos da Administração Pública, promovendo maior eficiência, segurança e credibilidade na execução dos eventos institucionais, esportivos, culturais e sociais realizados pelo Município.

6. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA E JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA

6.1. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE:

6.1.1.A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas de segurança preventiva, suporte emergencial e atendimento imediato durante a realização de eventos esportivos, culturais, institucionais e comemorativos promovidos pela Autarquia Municipal, garantindo a proteção da integridade física de atletas, servidores, colaboradores, autoridades e do público participante.

6.1.2.A disponibilização de profissionais bombeiros civis mostra-se indispensável, especialmente em eventos que concentram elevado fluxo de pessoas e estruturas temporárias, circunstâncias que exigem medidas eficazes de prevenção, controle de riscos, orientação ao público e pronta resposta em situações de emergência.

6.1.3.Entre os eventos que tradicionalmente demandam esse suporte especializado destacam-se o CAFECAU, a Rota da Justiça, o Aniversário da Cidade, o Dia do Trabalhador, além de outras ações de natureza cultural, turística, esportiva, institucional e de desenvolvimento econômico realizadas ou apoiadas pela Administração Municipal ao longo do exercício.

6.1.4.Ressalta-se que tais eventos possuem relevante interesse público, uma vez que promovem o lazer, a cultura, o esporte e o turismo local, fortalecendo a integração social, valorizando a identidade cultural do município e contribuindo para o desenvolvimento econômico mediante a atração de visitantes e o incentivo ao comércio e aos serviços locais.



6.1.5. Nesse contexto, a segurança preventiva dos eventos, abrangendo tanto o público quanto as estruturas físicas utilizadas, constitui medida essencial para assegurar a adequada execução das atividades programadas, tornando indispensável a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de bombeiro civil.

6.2. JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:

6.2.1. A contratação de serviços de bombeiro civil atende diretamente ao interesse público, considerando que esses profissionais possuem capacitação técnica específica para atuar na prevenção e combate a princípios de incêndio, na prestação de primeiros socorros, no gerenciamento de situações de risco, no apoio à evacuação emergencial e na adoção de medidas preventivas destinadas à preservação da segurança coletiva.

6.2.2. A atuação desses profissionais contribui significativamente para a mitigação de riscos, a proteção da integridade física dos participantes, a preservação do patrimônio público e privado envolvido nos eventos e a redução da possibilidade de acidentes e incidentes durante a execução das atividades. Além disso, sua presença proporciona maior organização, segurança e eficiência na condução de situações adversas, assegurando resposta rápida e adequada em casos de emergência.

6.2.3. Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da eficiência, prevenção, segurança, continuidade do serviço público e proteção da coletividade, configurando medida necessária para garantir a adequada realização dos eventos e a promoção do bem-estar social.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de bombeiro civil, devidamente regularizada e habilitada, para atuar de forma preventiva e emergencial nas atividades promovidas pela Administração Pública.

6.2. A execução dos serviços deverá contemplar a disponibilização de profissionais qualificados, treinados e certificados conforme a legislação vigente, aptos a desempenhar ações de prevenção, combate a princípios de incêndio, primeiros socorros e atendimento a situações de risco.

6.3. A empresa contratada será responsável por fornecer toda a mão de obra necessária, bem como os equipamentos de proteção individual (EPIs) e materiais operacionais indispensáveis à execução segura e eficiente dos serviços, garantindo o pleno atendimento às normas técnicas e de segurança aplicáveis.



6.4. Os profissionais deverão atuar de forma estratégica, realizando inspeções preventivas, identificando possíveis riscos e adotando medidas imediatas para mitigação de incidentes, além de prestar atendimento rápido em situações emergenciais.

6.5. A solução abrange ainda o apoio em eventos institucionais, esportivos e demais atividades que envolvam concentração de público, assegurando a integridade física dos participantes, servidores e colaboradores. A presença de bombeiros civis contribui significativamente para a redução de riscos, organização do ambiente e pronta resposta a intercorrências, promovendo maior segurança e tranquilidade durante a realização das atividades.

6.6. Adicionalmente, a contratação visa garantir a continuidade dos serviços de segurança preventiva, evitando a descontinuidade das ações e assegurando que todas as demandas da Administração sejam atendidas de forma eficiente, padronizada e em conformidade com os requisitos legais.

6.7. Dessa forma, a solução se mostra adequada e necessária para atender às exigências de segurança, preservação da vida e do patrimônio público, bem como para fortalecer a gestão de riscos no âmbito da Administração Municipal.

7. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. De acordo com o art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, optar pelo parcelamento da solução sempre que viável e economicamente vantajoso para a administração devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando à ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

7.2. Assim sendo, a administração optou pela possibilidade do parcelamento da solução, sendo dividida em itens unitários com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item, garantindo assim a ampla concorrência, tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU.

7.3. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

8. QUADRO RESUMO, METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS



ADOTADA E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO AO CUSTO TOTAL ESTIMADO

QUADRO RESUMO – DESCRIÇÃO, QUANTIDADES E CUSTO ESTIMADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE BOMBEIRO CIVIL PARA EVENTOS EXTERNOS EM PERÍODO DIURNO PARA PREVENÇÃO, COMBATE A INCÊNDIO, ORIENTAÇÃO, PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA, EM CONFORMIDADE A LEI Nº. 11.901 DE 12 DE JANEIRO DE 2009, NORMATIVA NBR 14608, E NBR 16877, COM EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE DE COMBATE A INCÊNDIO, PRIMEIROS SOCORROS, PREVENÇÃO DE ACIDENTES E INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTO, A CONTRATAÇÃO DESSE PROFISSIONAL SE FAZ NECESSÁRIO EM FACE DE OBRIGATORIEDADE EM EVENTOS COM MAIS DE 500 PESSOAS, CONFORME NORMAS TÉCNICAS DA ABNT - BOMBEIRO CIVIL.	HORAS	848	R\$ 47,31	R\$ 40.118,88
02	SERVIÇO DE BOMBEIRO	HORAS	600	R\$ 47,31	R\$28.386,00



	CIVIL PARA EVENTOS EXTERNOS EM PERÍODO NOTURNO PARA PREVENÇÃO, COMBATE A INCÊNDIO, ORIENTAÇÃO, PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA, EM CONFORMIDADE A LEI Nº. 11.901 DE 12 DE JANEIRO DE 2009, NORMATIVA NBR 14608, E NBR 16877, COM EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE DE COMBATE A INCÊNDIO, PRIMEIROS SOCORROS, PREVENÇÃO DE ACIDENTES E INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTO, A CONTRATAÇÃO DESSE PROFISSIONAL SE FAZ NECESSÁRIO EM FACE DE OBRIGATORIEDADE EM EVENTOS COM MAIS DE 500 PESSOAS, CONFORME NORMAS TÉCNICAS DA ABNT - BOMBEIRO CIVIL.				
--	---	--	--	--	--

8.1. DETALHAMENTO QUANTO A METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS E CONCLUSÃO DO CUSTO TOTAL ESTIMADO:

8.1.1. O procedimento de pesquisa e formação da estimativa de preços observou os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, a qual dispõe sobre os critérios e metodologias para a obtenção de preços de referência nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública.



8.1.2. A metodologia adotada para o levantamento de mercado baseou-se na utilização combinada de pesquisa eletrônica e pesquisa direta junto ao mercado local, contemplando a consulta a pessoas jurídicas que exercem atividades compatíveis com o objeto pretendido. A pesquisa eletrônica foi realizada por meio de fontes públicas e especializadas, permitindo a obtenção de referências atualizadas e amplamente praticadas, enquanto a pesquisa direta possibilitou a coleta de informações junto a fornecedores atuantes na região, assegurando maior aderência à realidade local.

8.1.3. Destaca-se que a coleta de dados foi direcionada ao maior número possível de fornecedores, com vistas à ampliação da base de consulta e à obtenção de múltiplas referências de preços, conferindo maior robustez, confiabilidade e representatividade aos valores levantados. Tal procedimento visa garantir que a estimativa de preços reflita, de forma fidedigna, as condições praticadas no mercado, em observância aos princípios da economicidade, isonomia e vantajosidade para a Administração Pública.

8.1.4. O custo estimado perfaz **R\$ 68.504,88 (SESSENTA E OITO MIL, QUINHENTOS E QUATRO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)**, Sendo que este valor constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Administração Pública brigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à licitante vencedora o direito de pleitear qualquer tipo de reparação ou compensação pelo não consumo total do valor registrado.

8.1.5. O objeto demandado não se amolda aos artigos de luxo, nos termos contidos no art.20 da Lei nº 14.133/21.

8.2. HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO:

QUADRO RESUMO - HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO	
IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO OU NÚMERO DO INSTRUMENTO DE CONTRATO	INVESTIMENTO ESTIMADO/EMPREGADO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BOMBEIRO CIVIL	2025- PREGÃO Nº31/2025 R\$ 31.146,00
	2024- DISPENSA Nº18/2024 R\$3.375,00

8.2.1. O montante consolidou as quantidades anteriormente homologadas, conforme histórico gerado no exercício financeiro de 2024 e 2025, conforme memória de cálculo constante em processo correlato, executado por esta Administração almejando assegurar e resguardar a inexecução das atividades das unidades em decorrência de indisponibilidade de insumos.

9. REQUISITOS LEGAIS, NORMATIVOS E TÉCNICOS APLICÁVEIS AO OBJETO



9.1. Para a adequada execução da contratação pretendida, deverão ser observados os requisitos legais, normativos e técnicos abaixo relacionados, os quais deverão orientar todas as fases do processo, desde o planejamento e fornecimento até o recebimento definitivo dos objetos:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelecendo normas gerais aplicáveis às contratações públicas.
- **Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2024** – Regulamenta, no âmbito do Município de Cacoal/RO, a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser observado quanto aos procedimentos administrativos, planejamento, formalização e execução contratual.
- **Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC)** – Aplicável subsidiariamente no que se refere à garantia legal, responsabilidade do fornecedor, vícios, defeitos e qualidade dos produtos/serviços fornecidos, sem prejuízo das garantias contratuais previstas no Termo de Referência.
- **Lei Federal nº 11.901/2009** - dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil, definindo suas atribuições, formação profissional e atividades permitidas;
- **Lei nº 13.425/2017**- Estabelece diretrizes gerais sobre prevenção e combate a incêndio e pânico em eventos com concentração de público.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT - dispõe sobre à segurança contra incêndio, brigadas de emergência, sinalização e planos de evacuação;
- **Instrução Técnica (IT) 17/2022** - do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia (CBMRO).
- **Lei Estadual nº 3.271/2013, do Estado de Rondônia** – Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil no âmbito estadual, regulamentando atribuições, credenciamento, atuação conjunta com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO) e demais requisitos aplicáveis à atividade.
- **Lei Estadual nº 3.924/2016, do Estado de Rondônia** – Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia, estabelecendo requisitos técnicos aplicáveis a edificações, eventos temporários e locais de reunião de público.

10. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, ABERTURA DO PROCEDIMENTO PARA PARTICIPANTES, VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E



UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

10.1. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1.1. De modo geral, é um procedimento licitatório que serve para registrar os preços de fornecedores para compras futuras do poder público. Trata-se de uma maneira de seguir o princípio da economicidade, já que o uso desse sistema propicia à administração ganho econômico nas compras públicas em escala, uma vez que os licitantes tendem a ofertar melhores preços e diminuir suas margens de lucro, a depender do quantitativo a ser registrado pela Administração.

10.1.2. Ademais, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços poderá viabilizar a participação de outros órgãos interessados em aderir na origem, através da Intenção de Registro de Preços, podendo elevar ainda mais o quantitativo da licitação.

Marçal Justen Filho, comentando o tema, assevera que:

“O sistema de Registro de Preços (SRP) é uma das mais úteis e interessantes alternativas de gestão de contratações colocada à disposição da Administração Pública. (...) A sistemática do registro de preços possibilita uma atuação rápida e imediata da Administração Pública, com observância ao princípio da isonomia e garantindo a persecução objetiva da contratação mais vantajosa.”

10.1.3. O procedimento de registro de preços tem vistas a reduzir os custos procedimentais da aquisição, por meio da racionalização da aquisição. Salutar, neste momento, renovar a consulta à sede doutrinária, quando expressa.

“Consiste em procedimento especial a ser adotado que agiliza as aquisições na Administração Pública, permitindo que as contratações sejam realizadas com maior celeridade e eficiência, em conformidade com as necessidades da Administração e as contingências da realidade contemporânea, mediante a redução de etapas e formalidades desnecessárias.”

10.1.4. A licitação, nesse caso, destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes, quantas vezes a administração o desejar.

10.1.5. Dentre os diversos argumentos que justificam a adoção dessa estratégia de compras, ressalta-se a redução do esforço administrativo para a realização de diversos processos



licitatórios, sendo que a execução conjunta culmina em um único certame. Tal fato implica, diretamente, redução dos custos operacionais da Administração e na redução dos custos operacionais dos sistemas de controle da administração, sem prejuízo dos ditames do ordenamento acerca das contratações públicas.

10.1.6. Além disso, cumpre propor menção especial ao ganho de economia de escala, que retorna em economia de recursos para os cofres públicos. Ao prospectar grandes volumes licitados, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria se o certame fosse de forma isolada.

10.1.7. Na Administração Pública, o Registro de Preços é utilizado de forma preferencial em relação ao rito tradicional das contratações, quando:

- I. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência;
- II. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;
- III. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade;
- IV. quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

10.1.8. No presente caso, a aquisição dos objetos em questão relaciona-se com a possibilidade de atendimento as diversas unidades administrativas (inciso III), ensejando várias contratações, ocasionada pela necessidade de contratações frequentes (inciso I), o que, se não fosse por meio do sistema de registro de preços demonstraria ineficiência na eleição da forma de contratação em afronta ao princípio da eficiência.

10.2. ABERTURA DO PROCEDIMENTO PARA PARTICIPANTES (IRP):

10.2.1. Em conformidade com as disposições estabelecidas nas IN nº 005/PMC/2024 e IN nº 007/PMC/2024, fundamenta-se a publicação da Intenção de Registro de Preços (IRP), restrita exclusivamente aos órgãos e entidades da Administração Pública no âmbito do Município de Cacoal, conforme devidamente publicado no Diário Oficial do Município.

10.2.2. Diante do exposto, não havendo manifestação de interesse na participação ou integração ao certame, este prosseguirá sem a adesão de outros partícipes.

10.3. VIGÊNCIA:



10.3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, contado a partir da data de publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em observância aos princípios da publicidade e da transparência, admitida a sua prorrogação por igual período, desde que devidamente comprovada, mediante justificativa formal e análise comparativa de mercado, a manutenção da vantajosidade dos preços registrados e a adequação às condições inicialmente pactuadas, devidamente atestadas pela Administração.

10.4. PRORROGAÇÃO:

10.4.1. Cumpre destacar que a prorrogação supracitada deverá observar os termos consignados no Parecer nº 75/2024/CGU/AGU, cujo entendimento admite a renovação simultânea do prazo de vigência e dos quantitativos registrados, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) comprovação, mediante análise técnica e pesquisa de mercado, da manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
- b) existência de previsão expressa no edital e na respectiva Ata de Registro de Preços;
- c) prévia consideração da possibilidade de prorrogação no planejamento da contratação; e
- d) formalização da prorrogação dentro do período de vigência da Ata de Registro de Preços.

10.5. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES:

10.5.1. Dentre as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº. **9.592/2023**, quanto a utilização da ata de Registro de preços por órgãos ou entidades não participante, segue as disposições:

Art. 188. Durante a vigência da ata de Registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de Registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

§ 1º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de Registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.



§ 2º O quantitativo decorrente das adesões à ata de Registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item Registrado na ata de Registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 3º Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de Registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

§ 4º O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Art. 189. É permitida, mediante ato do secretário do órgão ou entidade municipal que demonstre a necessidade e a vantagem econômica, a adesão a atas de Registro de preços gerenciadas pela Administração Pública de outros municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.

11. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM OUTROS PROCESSOS

11.1. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

11.1.1. Registre-se que, após análise das condições administrativas, operacionais e estruturais envolvidas, não foram identificadas providências prévias indispensáveis à implementação da solução pretendida. Verifica-se que a Administração dispõe dos meios necessários e suficientes para o imediato prosseguimento dos procedimentos cabíveis, inexistindo condicionantes que demandem adequações preliminares específicas.

11.1.2. Dessa forma, conclui-se que a execução poderá ser iniciada oportunamente, em consonância com o planejamento estabelecido, não havendo óbices de ordem técnica, administrativa ou logística que impeçam o regular desenvolvimento das etapas subsequentes do processo.

11.2. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:

11.2.1. Cumpre consignar que, após a devida análise do contexto administrativo e do objeto pretendido, não foram identificadas demandas correlatas ou interdependentes que possam influenciar, condicionar ou impactar a execução da presente demanda. A solução proposta apresenta autonomia suficiente para sua implementação, não estando vinculada a outros



ajustes, vigentes ou futuros, no âmbito da Administração.

11.2.2. Dessa forma, conclui-se que a presente demanda poderá ser conduzida e executada de maneira independente, sem prejuízo à sua eficiência e eficácia, inexistindo necessidade de compatibilização com outros instrumentos ou ações administrativas correlatas.

12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

12.1. O certame será realizado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, mediante a adoção do Sistema de Registro de Preços, em razão da natureza comum do objeto e da necessidade de contratações reiteradas ao longo do tempo, possibilitando que as eventuais contratações sejam efetivadas conforme a demanda superveniente da Administração. Tal modelagem confere maior flexibilidade à execução, ao permitir o atendimento progressivo das necessidades administrativas, sem a obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

13. TRATAMENTO DIFERENCIADO, FAVORECIDO E SIMPLIFICADO PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPRESA E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

13.1. Aplica-se no que couber os ditames previstos na Lei 123/2006, assim como na Lei 147/2014 Federal e em especial na Lei nº 3.696/PMC/2016 Municipal, e Decreto Municipal nº 9.592/2023 no que diz respeito ao tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as ME, EPP e MEI.

13.2. A forma de aplicação do tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as ME, EPP e MEI, no âmbito do Municipal e Regional é regida pelo que segue:

- a) Os itens que na sua composição de preços apresentam valores iguais ou inferiores a R\$ - 80.000,00 (oitenta mil reais) são de participação exclusiva das ME, EPP e MEI, conforme estabelecido no Art. 33 da Lei 3.696/PMC/2016.
- b) Os itens cujos preços são superiores a R\$ - 80.000,00 (oitenta mil reais) terão cotas exclusivas destinadas as ME, EPP e MEI em até 25%, ficando o quantitativo remanescente de ampla concorrência, conforme de terminação legal do Art. 35 Lei 3.696/PMC/2016.

14. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO/TRANSFERÊNCIA

14.1. A vedação à subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto justifica-se pela natureza do serviço a ser executado, que consiste no levantamento de demanda para futura contratação de serviços de bombeiro civil em eventos. Trata-se de atividade que exige



controle direto da contratada, conhecimento técnico específico e responsabilidade integral sobre as informações coletadas e análises realizadas.

14.2. O levantamento de demanda envolve a identificação das necessidades institucionais, análise de características dos eventos, dimensionamento adequado do quantitativo de profissionais e observância das normas de segurança aplicáveis. Dessa forma, a execução por terceiros poderia comprometer a padronização metodológica, a confiabilidade das informações levantadas e a responsabilização da empresa contratada.

14.3. Assim, a vedação da subcontratação busca garantir maior controle administrativo, qualidade na execução dos serviços, responsabilização direta da contratada e segurança nas informações produzidas, assegurando que todas as etapas do levantamento sejam realizadas pela empresa contratada, em conformidade com as exigências técnicas e administrativas estabelecidas.

15. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

15.1. A vedação justifica a necessidade de realização de levantamento de demanda para contratação de serviços de Bombeiro Civil em eventos, admite-se a participação de empresas reunidas em forma de consórcio como medida que visa ampliar a competitividade, a capacidade técnica e operacional, bem como garantir maior eficiência na futura prestação dos serviços.

15.2. Os serviços de Bombeiro Civil em eventos, especialmente aqueles de médio e grande porte, demandam disponibilidade simultânea de equipes, equipamentos específicos, logística de mobilização e experiência operacional, podendo envolver escalas ampliadas de profissionais, atuação em diferentes locais e cumprimento rigoroso de normas de segurança, prevenção e atendimento a emergências com mais eficiência na execução contratual.

16. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, a documentação nos termos estabelecidos na Lei Federal N.º 14.133/2021:

16.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

16.2.1. Cédula de identidade do(s) sócio(s) administrador (es) da empresa;

16.2.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

16.2.3. Ato constitutivo, Estatuto Social, Contrato Social ou sua consolidação e posteriores alterações, devidamente registradas na Junta Comercial e, no caso de sociedade por ações, Estatuto Social, acompanhado da ata de eleição de sua atual Administração, registrados e



publicados;

16.2.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

16.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir, se participar em regime de consórcio.

16.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

16.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ativo e dentro do ramo de atividade do objeto licitado;

16.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; **16.3.3.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais, Seguridade Social e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, ou outra equivalente, na forma da Lei;

16.3.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;

16.3.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;

16.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), consoante disposição do art. 195, § 3º, da CF/1988 ou outra equivalente na forma da Lei;

16.3.6. Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou outra equivalente na forma da Lei;

17. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

17.1. LOCAL:

17.1.1. Os serviços, objeto deste Termo, deverão ser executados conforme a demanda da Secretaria solicitante, em locais previamente indicados pela Administração, podendo abranger unidades administrativas, espaços públicos e demais áreas vinculadas às atividades institucionais.

17.2. PRAZO:

17.2.1. Os prazos para execução serão previamente definidos e comunicados pela Contratante, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, contados da ocorrência do ato que



constituir o termo inicial aplicável, tais como: assinatura do contrato, recebimento da nota de empenho, emissão da ordem de início dos serviços ou outro instrumento formal equivalente, conforme o caso, de modo a evitar omissão, obscuridade quanto à definição do marco inicial da execução contratual.

17.2.2. Emfim, a definição dos prazos acima supracitados considera-se as características do objeto, seu grau de complexidade, as condições logísticas envolvidas e as demandas necessárias da Administração/Instituição para o início e adequação e execução das atividades.

17.3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

17.3.1. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como as orientações da Administração, garantindo qualidade, eficiência e conformidade com os padrões exigidos.

17.3.2. A contratada deverá disponibilizar equipe devidamente qualificada, equipamentos e materiais necessários à perfeita execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente por sua adequada utilização e funcionamento.

17.3.3. O recebimento dos serviços será realizado por Comissão de Recebimento, designada por meio de portaria específica, responsável por certificar a nota fiscal e atestar que os serviços prestados estão em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

17.3.4. Sendo da seguinte forma, conforme dispõe o inc. I do art. 140, da Lei 14113/2021:

Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

18. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) E ALINHAMENTO COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS VIGENTES

18.1. Atesta-se que, consoante as informações exaradas nos Documentos de Formalização de Demanda (DFD's), oficializados pelas unidades demandantes, a necessidade em apreço encontra-se devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), em estrita



consonância com o planejamento institucional previamente estabelecido, evidenciando sua aderência às diretrizes estratégicas da Administração Pública.

18.2. Ademais, verifica-se que, nos termos dos elementos consignados nos referidos documentos, a demanda apresenta plena compatibilidade com as leis orçamentárias vigentes, notadamente com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), encontrando-se alinhada às ações governamentais e à correspondente previsão de recursos orçamentários necessários à sua execução.

18.3. Dessa forma, resta devidamente demonstrado, com fundamento nas informações constantes dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD's), que a iniciativa observa os pressupostos de planejamento, legalidade e responsabilidade fiscal, assegurando sua regular inserção no contexto orçamentário e administrativo da Administração Pública.

18.4. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Prefeitura, por intermédio das Secretarias Municipais e dos respectivos Fundos de Financiamento de Direitos Constitucionais, conforme detalhamento constante da tabela subsequente:

QUADRO RESUMO – INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
CLASSIFICAÇÃO	ORÇAMENTÁRIA	DA	3.3.90.39.00.00 – SERVIÇOS DE TERCEIROS
DESPESA PÚBLICA			PESSOA JURÍDICA

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

19.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

19.1.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

19.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo;

19.1.3. Verificar se a execução está em conformidade com o objeto contratado, nos termos do detalhamento constante deste Termo de Referência;

19.1.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada por ocasião da execução contratual, adotando as providências necessárias para sua correção ou, se for o caso, para a rejeição do objeto;

19.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

19.1.6. Aplicar as sanções cabíveis em caso de inadimplemento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



- 19.2.1.** As obrigações da Contratada decorrem da aplicação da Lei nº 14.133/2021, das demais normas pertinentes e das disposições previstas neste Termo de Referência.
- 19.2.2.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 19.2.3.** Não utilizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, nem qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 19.2.4.** Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto contratual;
- 19.2.5.** Fazer acompanhar a execução da respectiva nota fiscal, na qual deverá constar referência ao processo e à correspondente nota de empenho da despesa, com a devida discriminação dos valores;
- 19.2.6.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação;
- 19.2.7.** Comunicar à Contratante, verbalmente no prazo de 3 (três) dias e por escrito no prazo de 5 (cinco) dias, quaisquer fatos ou circunstâncias que impeçam, ainda que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações contratuais, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;
- 19.2.8.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução contratual, inclusive as relativas à locomoção e encargos relacionados ao pessoal envolvido;
- 19.2.9.** Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua ação ou omissão na execução do contrato;
- 19.2.10.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- 19.2.11.** Acusar o recebimento da Nota de Empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de seu envio;
- 19.2.12.** Responder integralmente pelos prejuízos que vier a causar à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente das demais sanções contratuais ou legais cabíveis.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



20.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, mediante depósito em conta indicada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do objeto, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada quanto à regular execução, sendo efetuadas as retenções tributárias e contribuições previstas na legislação vigente.

20.2. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à Contratante para fins de atesto, devendo conter a descrição do objeto, o número do contrato e os dados bancários da Contratada.

20.3. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) estar acompanhada(s) das certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista perante os órgãos competentes, admitindo-se certidões positivas com efeitos de negativas, nos termos da legislação aplicável.

20.4. Considerar-se-á como data do pagamento o dia em que constar como emitida a respectiva ordem bancária.

20.5. Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será acrescido de atualização monetária, calculada entre a data prevista para pagamento e a do efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = (TX/100)/365

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; (IGP-M)

20.6. Havendo erro, inconsistência ou qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, com a indicação dos motivos que ensejaram sua rejeição, ficando o pagamento suspenso até a regularização da pendência. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da apresentação do documento fiscal regularizado, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.



20.7. A Administração não efetuará pagamento sem prévia e formal autorização, relativamente a obrigações que lhe sejam cobradas diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, ressalvadas as determinações judiciais devidamente formalizadas.

20.8. Os encargos financeiros, processuais ou de qualquer outra natureza, decorrentes da inobservância de prazos ou obrigações por parte da CONTRATADA, serão de sua exclusiva responsabilidade.

21. REGIME DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** Der causa à inexecução total do contrato;
- IV.** Deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;
- V.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX.** Fraudar a licitação/contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II.** Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a



VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei);

IV. A aplicação da multa prevista no inciso II do art. 155 será calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei;

V. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

VI. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021);

VII. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021);

VIII. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

IX. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

X. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;



II. As peculiaridades do caso concreto;

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. Os danos que dela provierem para o Contratante;

21.4. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

21.5. Na aplicação das sanções deverá ser observado o princípio da proporcionalidade;

21.6. As sanções serão aplicadas sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros;

21.7. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

21.8. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

21.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021);

21.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021);

21.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

22.1. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:



22.1.1. Os impactos ambientais associados ao objeto são considerados de média relevância ambiental, tendo em vista que a atividade possui caráter predominantemente preventivo e emergencial, sendo seus efeitos, em regra, temporários, controláveis e passíveis de mitigação mediante a adoção de medidas adequadas de gerenciamento e fiscalização.

22.1.2. A execução dos serviços poderá ocasionar impactos ambientais pontuais relacionados ao descarte inadequado de materiais utilizados em atendimentos emergenciais, tais como luvas, gases e demais insumos potencialmente contaminados, bem como à utilização de materiais descartáveis durante as atividades operacionais e de suporte. Além disso, em eventos com grande concentração de público, poderão existir riscos associados à ocorrência de incêndios e acidentes ambientais.

22.2. DETALHAMENTO DE MEDIDAS MITIGADORAS:

22.2.1. A adoção das medidas mitigadoras propostas visa minimizar os possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, assegurando conformidade com a legislação ambiental aplicável, bem como com as boas práticas de sustentabilidade, saúde e segurança operacional.

22.2.2. Para tanto, deverão ser adotados procedimentos adequados de coleta seletiva, com disponibilização de recipientes apropriados para acondicionamento e descarte dos resíduos gerados, garantindo sua destinação ambientalmente correta. Os materiais potencialmente contaminados utilizados em atendimentos emergenciais deverão observar critérios de segregação, acondicionamento, transporte e descarte em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes.

22.2.3. Também deverão ser incentivadas práticas de uso racional da água e demais recursos naturais, com adoção de medidas de economia e reaproveitamento sempre que tecnicamente possível, bem como a priorização de materiais reutilizáveis e práticas operacionais sustentáveis.

22.2.4. Os resíduos gerados deverão receber destinação ambientalmente adequada, preferencialmente em pontos de coleta especializados e devidamente licenciados, evitando riscos de contaminação ambiental.

22.2.5. Ademais, deverão ser mantidas equipes devidamente capacitadas, equipamentos em condições adequadas de uso e ações preventivas contínuas de monitoramento, controle e resposta rápida, visando reduzir riscos de incêndios, acidentes e demais ocorrências que



possam ocasionar impactos ambientais e comprometer a segurança dos participantes e da coletividade.

23. DEMONSTRAÇÃO DAS PRETENSÕES A SEREM ALCANÇADAS

23.1. A adoção das medidas mitigadoras propostas visa minimizar os possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, assegurando conformidade com a legislação ambiental aplicável, bem como com as boas práticas de sustentabilidade, saúde e segurança operacional.

23.2. Para tanto, deverão ser adotados procedimentos adequados de coleta seletiva, com disponibilização de recipientes apropriados para acondicionamento e descarte dos resíduos gerados, garantindo sua destinação ambientalmente correta. Os materiais potencialmente contaminados utilizados em atendimentos emergenciais deverão observar critérios de segregação, acondicionamento, transporte e descarte em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes.

23.3. Também deverão ser incentivadas práticas de uso racional da água e demais recursos naturais, com adoção de medidas de economia e reaproveitamento sempre que tecnicamente possível, bem como a priorização de materiais reutilizáveis e práticas operacionais sustentáveis.

23.4. Os resíduos gerados deverão receber destinação ambientalmente adequada, preferencialmente em pontos de coleta especializados e devidamente licenciados, evitando riscos de contaminação ambiental.

23.5. Ademais, deverão ser mantidas equipes devidamente capacitadas, equipamentos em condições adequadas de uso e ações preventivas contínuas de monitoramento, controle e resposta rápida, visando reduzir riscos de incêndios, acidentes e demais ocorrências que possam ocasionar impactos ambientais e comprometer a segurança dos participantes e da coletividade.

24. CASOS OMISSOS

24.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto no Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa contratação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil



brasileira, disposições de direito privado e regulamentações expressas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Cacoal/RO, 26 de Maio de 2026.

RESPONSÁVEIS PELA CONSOLIDAÇÃO E REVISÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO:

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

ELISANGELA FERNANDES

ASSESSOR TÉCNICO EM PLANEJAMENTO DE COMPRAS - NFP

MATRÍCULA Nº 11340

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

RAIANE FERREIRA MOREIRA

CHEFE DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PROCESSOS - NFP

PORTARIA Nº 0334/PMC/2026



Em face do exposto no presente Termo de Referência, e considerando a consistência das informações técnicas, operacionais e de planejamento nele contidas, os signatários abaixo identificados manifestam sua **APROVAÇÃO INTEGRAL** do referido instrumento.

Reconhece-se que o Termo de Referência reúne os elementos necessários à adequada caracterização do objeto, à estimativa de custos e à definição dos critérios de execução e participação, de forma clara, objetiva e suficiente, restando evidenciada a sua aptidão para subsidiar o regular prosseguimento do procedimento licitatório e o atendimento do interesse público.

Declaram, ainda, que as informações relativas às respectivas áreas de atuação encontram-se devidamente analisadas e validadas, especialmente quanto à compatibilidade da demanda com as necessidades institucionais identificadas.

[ASSINADO DIGITALMENTE]

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA BARBOSA

DIRETOR GERAL DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES

DECRETO Nº 11.128/PMC/2026

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]

ROBERTO ALVES DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 10.232/PMC/2025



[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
SANDER RECHESKI RAMOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
DECRETO Nº 11.126/PMC/2026

[ASSINADO DIGITALMENTE]
SILVANA ALVES MACEDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – INTERINA
PORTARIA Nº0388/PMC/2026

